

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2003


Ilmo. Sr.
Embaixador Sebastião do Rego Barros
Presidente
Agência Nacional do Petróleo

Prezado Embaixador Rego Barros,

A *Câmara de Comércio Americana* do Rio de Janeiro manifesta a V.S.^a a preocupação com as possíveis consequências negativas para os investimentos privados no País, caso prospere o projeto de Resolução da ANP, ora em consulta pública, regulamentando o Artigo 58 da Lei 9478 (Lei do Petróleo).

O referido projeto de Resolução diz respeito, principalmente, às condições para livre acesso a gasodutos de transporte por parte de empresas que necessitem movimentar gás natural das áreas de produção aos mercados consumidores e, caso implementado nos termos propostos, tornaria inviável, na prática, essa possibilidade. O documento anexo cobre o acima exposto em maiores detalhes, ficando esta *Câmara* desde já à disposição de V.S.^a e dos órgãos federais competentes para rever opções que minimizem os potenciais impactos negativos da referida Resolução.

Atenciosamente,


Dioclécio Dantas de Araújo
Presidente em exercício

NOTA SOBRE A PROPOSTA DE PORTARIA DE LIVRE ACESSO A GASODUTOS

A ANP publicou recentemente para fins de consulta pública portaria que visa a regular o Artigo 58 da lei do Petróleo (Lei 9478/97), definindo as diretrizes para a aplicação do acesso de interessados a gasodutos de transporte.

As informações obtidas junto a ANP indicam que a portaria, seguindo orientações do MME, reflete as novas políticas setoriais para o setor de petróleo, quais sejam, centralização na Petrobras, ou subsidiárias, o papel de principal investidora e alavancadora de investimentos de infra-estrutura de transporte de gás (amplamente publicado na imprensa).

A Lei do Petróleo tem como premissa a existência de mercados potencialmente **competitivos na produção e comercialização** e a existência de um contexto de **monopólio natural no transporte e na distribuição de gás**. Neste sentido, a Lei estabelece a (i) licitação para a concessão de atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural (5 Bids de licitação já realizados) (ii) o acesso remunerado aos dutos de transporte, exatamente para evitar que o controle da infraestrutura existente seja um fator limitante para o atingimento da competição e práticas de livre mercado.

A importância desta portaria diz respeito exatamente ao direito de acesso aos dutos que permitiriam a comercialização de gás natural por parte de qualquer produtor de gás nacional junto às distribuidoras de gás canalizado (que tem o direito constitucional para realizar a venda de gás aos consumidores finais).

Diferentemente da linha adotada nas versões anteriores a nova proposta portaria privilegia o papel do incumbente (Petrobras) criando uma moratória no princípio estabelecido em Lei e que norteou a decisão de investimento de um grande número de empresas privadas que participaram dos rounds de licitação de ANP, adquirindo áreas de exploração com a certeza de que teriam acesso ao consumidor quando da comercialização do gás natural. A regulação proposta suspende o acesso aos gasodutos por parte de terceiros.

A portaria que estava em vigor e foi cancelada pela ANP em abril de 2001 mantinha o espírito do acesso livre e dava prerrogativas à ANP para arbitrar casos em que um transportador de gás não permitisse o acesso não discriminatório de terceiros.

Os representantes da indústria de óleo e gás que fazem parte da Amcham, estão vendo a linha adotada pela ANP nesta proposta de portaria com extrema preocupação. Em termos práticos, vindo as portarias a serem aprovadas, qualquer ação de companhias de E&P no sentido de comercializar gás natural decorrente da exploração de um campo de óleo/gás não poderia ser conduzida de forma independente diretamente junto aos clientes interessados (Cias distribuidoras de gás natural). Estas companhias passariam a

depende da venda à Petrobrás, já que não teriam acesso garantido aos dutos (evidentemente com a justa remuneração ao proprietário), gerando efetivamente um monopólio na comercialização do produto.

Com isto, práticas de livre mercado com as quais se estimularia a saudável competição no setor de gás natural, com impactos positivos para consumidores, estariam sendo totalmente abandonadas.

Acima de tudo, a portaria proposta teria como consequências a insegurança dos atuais investidores privados em dar continuidade aos programas de exploração e produção de gás nacional e o desestímulo na realização de investimentos adicionais necessários à expansão e desenvolvimento da indústria de gás natural no Brasil.

Solicitamos a atenção de V. Sa. para o assunto de forma a garantir que os princípios estabelecidos em Lei e que nortearam o investimento de várias empresas privadas no segmento de petróleo e gás natural sejam mantidos.

Rio, 1/10/03